

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 19/07/2013 - Edição Nº859

Pesquisa nacional aponta 30 mortes em assaltos envolvendo bancos no 1º semestre

Nova pesquisa nacional revela que 30 pessoas foram assassinadas em assaltos envolvendo bancos no primeiro semestre de 2013, uma média de cinco vítimas fatais por mês, o que representa aumentos de 11,1% em relação aos seis primeiros meses de 2012, quando foram registradas 27 mortes, e de 30,4% em comparação a igual período de 2011, que teve 23 mortes. O levantamento foi feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), com base em notícias da imprensa e apoio técnico do Dieese.

São Paulo (14), Rio de Janeiro (5), Bahia (3) e Rio Grande do Sul (3) foram os estados com o maior número de casos. A principal ocorrência (60%) foi novamente o crime de “saidinha de banco”, que provocou 18 mortes. Já os clientes foram outra vez a maioria das vítimas (21), seguido dos vigilantes (4). Um gerente do Banco do Brasil foi morto no Piauí.

Para a Contraf-CUT e a CNTV, essas mortes comprovam, sobretudo, a escassez de investimentos dos bancos na melhoria da segurança. Segundo dados do Dieese, os seis maiores bancos (Itaú, BB, Bradesco, Caixa, Santander e HSBC) obtiveram lucros de R\$ 51,4 bilhões em 2012. Já as despesas com segurança e

vigilância somaram R\$ 3,1 bilhões no mesmo período, o que significa 6,1%, em média, na comparação com os lucros.

“São números preocupantes que apontam a negligência dos bancos na proteção da vida de trabalhadores e clientes, bem como mostram a fragilidade da segurança pública, pois faltam mais policiais e viaturas nas ruas e ações de inteligência para evitar ações criminosas”, avalia o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

São Paulo (14), Rio de Janeiro (5), Bahia (3) e Rio Grande do Sul (3) foram os estados com o maior número de casos.

Essas mortes reforçam a necessidade de atualizar a lei federal nº 7.102/83, que está completando 30 anos e se encontra defasada diante do crescimento da violência e da criminalidade. Há um projeto de estatuto de segurança privada, que está em análise no Ministério da Justiça. Precisamos de uma nova legislação que tenha mais equipamentos de prevenção e medidas eficazes para garantir a proteção da vida, eliminar riscos e propiciar segurança para trabalhadores e clientes”, salienta o presidente da

CNTV, José Boaventura Santos.

Mortes por estados

São Paulo registra quase a metade das ocorrências (14), o que representa 46,67% das mortes. O Rio de Janeiro aparece em segundo lugar com 5 casos (16,67%).

Tipos de ocorrências

O levantamento aponta que os crimes de “saidinha de banco” seguem liderando as ocorrências, tendo causado 18 mortes, o que representa 60% dos casos. Em segundo lugar aparecem as mortes em assaltos a correspondentes bancários, com 5 mortes (17%). Na terceira posição estão os assassinatos em assaltos a agências, com 4 vítimas fatais (13%).

A Contraf-CUT e a CNTV defendem ações preventivas que visem enfrentar a “saidinha de banco”. Para Carlos Cordeiro, “esse crime tem início dentro dos bancos e, para combatê-lo, é preciso evitar a ação dos olheiros na hora do saque, através de medidas simples e viáveis como a instalação de biombos entre a fila de espera e os caixas, e de divisórias individualizadas entre os caixas, inclusive os eletrônicos”. Ele alerta que “proibir o uso do celular nos bancos é uma medida ineficaz, pois não impede a visualização das

operações”.

Além disso, é fundamental a colocação de portas de segurança com detectores de metais antes do autoatendimento, câmeras internas e externas de monitoramento em tempo real nos espaços de circulação de clientes e vidros blindados nas fachadas”, reforça Boaventura.

Outra medida defendida por bancários e vigilantes é a isenção das tarifas de transferência de recursos (DOC, TED), como forma de reduzir a circulação de dinheiro na praça. “Muitos clientes sacam valores expressivos para não pagar as altas tarifas dos bancos e viram alvos de assaltantes cada vez mais atrevidos”, justifica o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

O crescimento das mortes em assaltos a correspondentes não surpreende a Contraf-CUT e a CNTV. “Os bancos estão empurrando cada vez os clientes para esses estabelecimentos que não possuem bancários nem vigilantes, precarizando o atendimento, aumentando o risco e causando a morte de pessoas”, ressalta Boaventura.

Perfil das vítimas

A pesquisa revela que 21 clientes foram mortos no 1º semestre deste ano, sendo as principais vítimas em assaltos envolvendo bancos, o que representa 70% das ocorrências e um aumento de 40% em comparação ao mesmo período do ano passado. Quase todos foram assassinados em “saidinhas de banco”.

“Os bancos não podem tratar a ‘saidinha de banco’ como problema de segurança pública ou terceirizar a responsabilidade para os clientes”, ressalta Carlos Cordeiro. “Os bancos têm que adotar medidas concretas para garantir prevenção contra esse crime que está tirando a vida de pessoas porque sacaram dinheiro em condições inseguras e precárias”, alerta.

Os vigilantes ocupam o segundo

lugar com 4 vítimas fatais. Um bancário também foi morto. “Os bancos e as empresas de vigilância têm que ampliar equipamentos de prevenção e oferecer melhores condições de trabalho, pois é inaceitável que os trabalhadores continuem morrendo por falta de investimentos na proteção da vida”, enfatiza Boaventura.

Gênero das vítimas

A pesquisa aponta também o gênero das vítimas, mostrando que os homens (28) são os que mais morrem em assaltos envolvendo bancos, o que representa 93,3% dos casos.

“Geralmente os homens sacam quantias maiores de dinheiro, são também maioria nas atividades de segurança, estão mais expostos ao risco e reagem mais à ação dos assaltantes”, avalia Boaventura. “Os bancos e as autoridades de segurança pública têm que tomar providências para evitar essas tragédias”, alerta.

Faixa etária das vítimas

A pesquisa também revela ainda a faixa etária das vítimas, na sua maioria identificada nas notícias da imprensa. Não há uma faixa que chame mais a atenção, na medida em que os números ficaram muito próximos.

“Esses dados mostram que todas as faixas etárias correm risco de morte em assaltos envolvendo bancos. Além do mais, o atendimento bancário é uma atividade de risco. Os bancos têm que assumir a sua responsabilidade para proteger a vida das pessoas e mudar essa triste realidade”, enfatiza Carlos Cordeiro.

Carência de investimentos dos bancos

Conforme estudo feito pelo Dieese, com base nos balanços publicados de 2012, os seis maiores bancos lucraram R\$ 51,4 bilhões e tiveram despesas com segurança e vigilância de R\$ 3,1 bilhões.

Comparando os números, os bancos gastaram 6,1% dos lucros em segurança e vigilância.

“Esses dados dos balanços comprovam mais uma vez o que verificamos há muito tempo: os bancos não priorizam a proteção da vida, pois gastam muito pouco com segurança em comparação com os seus lucros gigantescos”, avalia Boaventura.

“Esperamos que essas mortes alertem os bancos para a necessidade de tratar as despesas de segurança e vigilância não como custos e sim como investimentos, colocando a vida das pessoas em primeiro lugar, garantindo atendimento decente para todos os clientes e usuários, o que deve ser prestado em condições seguras e protegidas”, conclui Carlos Cordeiro.

Bancos multados pela Polícia Federal



Além das mortes, os bancos também agem com descaso no cumprimento da lei federal nº 7.102/83. No primeiro semestre de 2013, a Polícia Federal multou 19 bancos em R\$ 8,803 milhões por falhas na segurança de agências e postos de atendimento bancário, durante reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), em Brasília.

As principais infrações foram número insuficiente de vigilantes, alarmes inoperantes, planos de segurança não renovados, transporte de numerário feito por bancários, falta de detector de metais portátil e cerceamento da fiscalização de policiais federais, dentre outras itens. Houve também aplicação de multas e penalidades contra empresas de segurança, vigilância, transporte de valores e cursos de formação de vigilantes.

Fonte: CNTV e Contraf-CUT

Seguro-desemprego voltará a ter ganho real, diz ministro do Trabalho



O seguro-desemprego voltará a ser corrigido pela mesma fórmula aplicada ao salário mínimo (acima da inflação), independentemente do valor do benefício, de acordo com o ministro Manoel Dias (Trabalho).

A regra, que leva em conta a inflação passada e o crescimento da economia, deixou de ser usada no início deste ano para os benefícios acima de um salário mínimo (atualmente R\$ 678).

Centrais aceitam desistir de reatrativo em troca de reajuste no seguro-desemprego

Em vez disso, o governo passou a reajustar as faixas superiores com base apenas na variação de preços registrada pelo INPC.

Na prática, isso significou uma correção de cerca de 6,2%, em vez dos 9% que estariam garantidos pelo modelo em vigor até então.

A decisão pelo reajuste menor foi tomada de forma unilateral pelo governo e ainda aguarda o aval do conselho responsável pelo seguro-desemprego (Codefat), que tem representantes de governo, trabalhadores e empresários.

Nesse período, enquanto as centrais sindicais pressionavam nos bastidores para derrubar a regra, a equipe econômica se articulava para mantê-la.

A previsão é que haja um desfecho nas próximas semanas, quando está prevista nova reunião do conselho.

“A maioria das centrais sindicais é contra esse novo cálculo. Vou restabelecer o cálculo anterior. Isso será decidido na próxima reunião do Codefat. Depois vamos decidir como reequilibrar as contas do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador]”, afirmou Dias à Folha.

“Pai da medida”

Segundo apurou a reportagem, o assunto foi negociado com as centrais e apresentado à presidente Dilma Rousseff como uma medida popular, que pode render dividendos ao governo num momento de queda de popularidade.

Atualmente o governo está na presidência do FAT e pode sair como “pai da medida”. A partir de agosto, o comando do conselho passará para o representante dos trabalhadores. Ainda não está claro quando a nova regra começaria a valer.

Dias não estava à frente do ministério quando a mudança foi feita.

A equipe de Brizola Neto, antecessor no cargo e colega de partido (PDT), justificou a alteração como um caminho para tentar ajustar a situação financeira do FAT. O fundo que banca o pagamento do seguro-desemprego vem registrando déficit recorrente. Em 2012, o Tesouro precisou fazer aporte de R\$ 5,5 bilhões no FAT e novos aportes estão programados para este ano.

Estimativas do Ministério do Trabalho apontavam uma economia de cerca de R\$ 700 milhões nos gastos com o benefício neste ano após a mudança. A despesa tem impacto direto no superávit primário do governo federal.

A Fazenda não se manifesta oficialmente sobre o assunto. No entanto, segundo a Folha apurou, técnicos ainda trabalham para derrubar a proposta negociada por Dias com as centrais.

O governo está empenhado em aumentar o aperto fiscal em 2013 para ajudar no controle da inflação.

O ministro Guido Mantega (Fazenda) já se comprometeu publicamente em cumprir uma economia equivalente a 2,3% do PIB no ano -bem acima do superávit de 1,95% do PIB acumulado nos 12 meses até maio.

Fonte: Folha Online

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV - José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF